

## INTERPRETAÇÃO CONTEXTUAL DE EXPRESSÕES QUANTIFICADAS\*

Fernanda Miranda da Silva Vieira (UFPB)  
Mábia Nunes Toscano (UFPB)

### 1 INTERPRETAÇÃO DE EXPRESSÕES QUANTIFICADAS

A interpretação dos enunciados lingüísticos depende em larga medida de informações que não estão completamente explícitas na estrutura do que é dito. O papel dos dados provenientes do contexto na interpretação dos enunciados é amplamente reconhecido na pesquisa atual em semântica e pragmática. Entretanto, embora haja um certo consenso quanto à importância do contexto na interpretação, o mesmo não pode ser dito acerca dos supostos limites entre a semântica e a pragmática. Uma questão que tem sido repetidamente colocada, então, é se há motivos para considerar que certas informações são semânticas e outras pragmáticas e, em caso afirmativo, como diferenciá-las. Se quisermos sustentar a pertinência de uma descrição lingüística que distinga fenômenos semânticos de fenômenos pragmáticos, precisamos de critérios que nos permitam dizer o que fica de um lado ou de outro do limite entre as disciplinas. O problema lingüístico específico que nos propomos analisar aqui é a interpretação contextualmente restrita de enunciados contendo expressões quantificadas, como:

1) “Todo mundo já chegou.”

Dada uma situação de uso específica, “todo mundo” não é normalmente interpretado como referindo-se à totalidade dos seres humanos da Terra, mas sim como a totalidade das pessoas de um grupo conhecido pelos interlocutores.

2) “Está tudo na geladeira.”

Neste exemplo, o uso específico de “está tudo” não significa dizer, é claro, que todos os objetos do planeta estão dentro da geladeira. O “tudo” se refere apenas aos objetos que são relevantes para um determinado grupo de pessoas na situação de enunciação e que fazem parte dos objetos que têm por característica poderem estar dentro da geladeira.

3) “Quase ninguém leu ‘Dom Casmurro’ ainda.”

Aqui, a expressão “quase ninguém leu” também não quer dizer que quase nenhum ser do planeta Terra leu o livro ainda. Nesse caso, a sentença está se referindo apenas a um determinado grupo de pessoas que deveriam ter lido ou de quem se esperava terem lido o livro ‘Dom Casmurro’. Restrições semelhantes são aplicadas na interpretação de exemplos com outras expressões quantificadas, como “A maioria dos monitores já fez o trabalho”, “O aluno de Letras pediu pra avisar que não vem”, entre outros. Uma vez que tais restrições são ancoradas em dados contextuais, podemos examinar se a interpretação de quantificadores, nesses casos, seria tipicamente semântica ou pragmática, e se isso pode contribuir para a reflexão acerca dos limites entre as duas disciplinas. Iniciaremos a discussão revisando o tratamento “clássico” da interpretação pragmática por meio de implicaturas.

### 2 RESTRIÇÃO COMO IMPLICATURA

O filósofo inglês Paul Grice (1982), em seu artigo *Lógica e Conversação* apresenta uma distinção entre implicaturas conversacionais generalizadas e implicaturas conversacionais particularizadas. Segundo o autor, chamamos de implicaturas conversacionais particularizadas, casos onde a implicatura é associada a um certo dizer, em uma situação particular, devido a determinadas características do contexto. Já as implicaturas generalizadas ocorrem independentes de circunstâncias específicas, a implicatura é veiculada automaticamente a uma combinação de palavras enunciadas.

---

\* Trabalho orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Leonor Maia dos Santos

Apesar de Grice (1982) não ter dito que a interpretação restrita de quantificadores é uma implicatura, entendemos que essa seria uma explicação plausível dentro do quadro teórico que foi traçado por ele já que:

- 1) A restrição não está na sentença;
- 2) A interpretação literal ficaria implausível;
- 3) O falante precisa considerar dados do contexto para completar a interpretação.

Deste modo, concordamos com a posição de Récanati (2004) ao comentar (entre outros) o exemplo: “Todo mundo já foi a Paris” que é interpretado como “Todo mundo de um certo grupo de pessoas”:

A única explicação que encontrei na literatura faz uso da distinção de Grice entre implicaturas conversacionais 'generalizadas' e 'particularizadas', i.e., entre implicaturas que surgem 'por default', sem que nenhum contexto particular ou cenário especial seja necessário, e aquelas que requerem tais contextos específicos. [...] Implicaturas generalizadas são inconscientes e automaticamente geradas e interpretadas.<sup>1</sup> (RECANATI 2004, p.45)

Em termos griceanos, podemos dizer que temos duas possibilidades para explicar a restrição de quantificadores:

- 1) Podemos dizer que trata-se de uma implicatura conversacional particularizada. Sendo assim, o ouvinte percebe que a interpretação literal é imprópria e recorre a dados do contexto para restringir o conjunto pretendido;
- 2) Poderíamos ter uma implicatura conversacional generalizada. Nesse caso, a restrição ocorre sempre que não houver nenhum fator que a cancele, é uma restrição automática, natural.

Dessa maneira, observamos que se considerarmos que as expressões quantificadas podem ser interpretadas como implicaturas conversacionais, vamos supor que esta interpretação aconteceria em duas etapas, mesmo que este processo seja inconsciente para os interlocutores. Primeiro ocorreria a interpretação literal e depois de um estranhamento por parte dos ouvintes, ocorreria a interpretação restrita, ao contrário do que parece mais simples, que é a restrição automática. Além disso, sem precisar recorrer da intuição acerca da intenção do falante, a interpretação utiliza dados do contexto, mas é praticamente indistinguível de uma interpretação semântica.

Justamente porque as implicaturas generalizadas não dependem de um contexto especial, sendo automáticas, elas são de especial interesse para a discussão teórica, porque “são estas, em particular, que serão difíceis de distinguir do conteúdo *semântico* das expressões linguísticas, porque tais implicaturas serão rotineiramente associadas a expressões relevantes em todos os contextos comuns.” (LEVINSON, 2007, p.157).

É importante lembrar também que, em certos casos, o falante pretende que o quantificador seja interpretado literalmente como por exemplo em: “Todo peixe sabe nadar” ou “Todo número par é divisível por dois”. Nessas situações “Todo peixe” e “Todo número” são entendidos na interpretação não restrita.

Portanto, concluímos que considerar a restrição contextual das expressões quantificadas como uma implicatura não é satisfatório.

### 3 FRONTEIRA ENTRE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Segundo um ponto de vista que se originou nos trabalhos de C. S. Peirce e foi difundido por C. Morris, a semântica seria o estudo da relação entre as expressões e o que elas designam, e a pragmática o estudo da

<sup>1</sup> Tradução nossa. No original: “The only explanation I have come across in the literature makes use of Grice's distinction between 'generalized' and 'particularized' conversational implicatures, i.e. between implicatures which arise 'by default', without any particular context or special scenario being necessary, and those which require such specific contexts. [...] Generalized implicatures are unconsciously and automatically generated and interpreted.”

relação entre os sinais e os seus utilizadores. Na formulação posterior de R. Carnap (1982), temos:

Se em uma investigação é feita referência explícita ao locutor, ou, em termos mais gerais, aos utilizadores da língua, então tal investigação pertence ao ramo da pragmática [...]. Se fazemos abstração do utilizador da língua e analisamos somente as expressões e seus significados, estamos no campo da semântica. (Carnap *apud* DASCAL 1982, p.9)

Seguindo-se tais definições, qualquer referência ao falante ou ao contexto de enunciação seria suficiente para caracterizar uma interpretação como pragmática. Teríamos uma separação nítida: a semântica trata do conteúdo literal das sentenças, determinado pela contribuição das palavras e pela sintaxe; a pragmática trata de todo efeito de sentido que vai além do semântico. A parcela semântica da interpretação restringe-se ao literal e ao composicional. A pragmática cuida do resto. Para estarmos de acordo com esta posição, deveríamos considerar que a interpretação restrita das expressões quantificadas é um fenômeno estritamente pragmático.

Mais recentemente, com o acúmulo de evidências de que “os enunciados nunca são verdadeiros ou falsos em absoluto, mas sempre relativamente a um contexto” (CHIERCHIA 2003, p.474), a fronteira entre a semântica e a pragmática revelou-se muito mais sutil do que a definição acima supõe. Pelo menos dois tipos de processos de interpretação envolvem dados do contexto. De um lado, temos os processos de interpretação que levam em conta as ações executadas e as intenções dos falantes, e, de outro, temos a especificação completa dos conteúdos por meio de informações contextuais. Ou seja, além dos processos interpretativos tipicamente semânticos (os efeitos de sentido que dependem do significado das palavras e sintaxe) e dos tipicamente pragmáticos (os efeitos de sentido que dependem da intenção do falante), temos uma série de “preenchimentos” de informação que poderiam ser considerados tanto semânticos como pragmáticos. Exemplos típicos são:

- 4) “Está chovendo.”
- 5) “Eu sou brasileira.”

O tempo e o lugar em que está chovendo devem ser recuperados a partir do contexto da enunciação, ou a partir de informações disponíveis para os falantes, assim como a identidade do “eu” que afirma ser brasileira. Esses dados, embora nitidamente contextuais – não fazem parte do significado das palavras usadas – têm uma interpretação sistemática que não requer que se leve em conta a provável intenção do falante ao usar os enunciados.

Como fica então o limite entre o que é considerado semântica e o que é considerado pragmática? Uma opção é ainda considerar que todos os processos de sentido que dependem de informações contextuais fazem parte da pragmática, que teria então duas camadas, ou dois níveis. Uma formulação famosa deste ponto de vista é devida a Stalnaker:

Há dois tipos principais de problemas a serem resolvidos dentro da pragmática: primeiro, definir tipos relevantes de atos de fala e produtos de fala; segundo, caracterizar os traços do contexto de fala que ajudam a determinar qual a proposição que é expressa por uma determinada sentença. (STALNAKER 1972, p.65)

Adotando-se esta posição, a restrição contextual de quantificadores seria uma operação pragmática, ainda que distinta das implicaturas, por ser regular e sistemática.

Uma posição alternativa para a delimitação da fronteira é enfatizar o papel da intenção na pragmática, e atribuir à semântica toda interpretação que não faça uso de intuições acerca das intenções do falante, mesmo que tal interpretação demande informações contextuais, como propõe Moura:

Proponho-me aqui definir pragmática como o componente interpretativo que contém regras que permitem a recuperação dos sentidos intencionados pelos interlocutores num dado contexto. O termo-chave aqui é recuperação da intenção, e não contexto, pois a semântica também é contextual, como veremos. No entanto, o componente semântico contém regras cuja aplicação não depende da intencionalidade dos falantes numa conversação. (MOURA 2000)

Ou, numa formulação semelhante:

Uma maneira mais segura de separar a semântica da pragmática é através da noção de intenção do falante: a pragmática busca reconstruir o que o falante quis dizer ao proferir uma sentença, qual era a sua intenção comunicativa; enquanto que a semântica tem como objetivo reconstruir o sentido da sentença. Ambas remetem ao contexto, mas o fazem com finalidades distintas. (PIRES DE OLIVEIRA 2007, p.8)

Adotando-se esta posição, a restrição contextual da interpretação de expressões quantificadas pode ser considerada um fenômeno principalmente semântico, ao invés de pragmático.

Nossa motivação para adotarmos este último ponto de vista é que a interpretação restrita das expressões quantificadas é automática e parece a mais natural mesmo quando nos defrontamos com sentenças que estão sendo *mencionadas* (e não usadas), como é o caso dos exemplos dados na primeira seção deste trabalho. A expressão quantificada funcionaria, supomos, como uma regra para que os falantes completassem as informações que faltam, localizando as informações restritivas no contexto, se necessário. Assim, as informações que faltam, embora contextuais, estariam previstas na interpretação da estrutura. Por um lado, a necessidade de restrições para a interpretação de estruturas quantificadas não parece depender de um cálculo de intenções do falante, como supõe a explicação griceana. Por outro, mesmo que a necessidade de uma restrição seja percebida, a sentença é compreendida ainda que não haja contexto para suprir a restrição.

Para demonstrar nosso pensamento, vejamos mais um exemplo:

6) “A maioria dos alunos não estudou para a prova.”

Observando a sentença acima, é improvável que um interlocutor cogite a possibilidade de o falante estar se referindo “a maioria dos alunos” como sendo a maioria dos alunos do planeta Terra. A interpretação de que se trata de um determinado grupo de alunos é tão espontânea, automática que independe da atribuição de intenções ao falante e da presença de um contexto (embora, é, claro, fora de contexto não se consiga determinar qual seria o conjunto de alunos ao qual o falante faz referência).

## CONCLUSÃO

A interpretação restrita de certas expressões quantificadas faz uso de informações contextuais. Sem essas informações, não podemos saber de que alunos se está falando quando se diz “A maioria dos alunos não estudou para a prova.” A necessidade de lançar mão de dados do contexto leva à questão de saber-se se tal interpretação é um processo semântico ou pragmático. Revisamos aqui o que seria uma explicação griceana para a restrição de quantificadores, tanto em termos de implicaturas particularizadas quanto em termos de implicaturas generalizadas, e ambas as explicações deixam a desejar. Revisamos também duas opções teóricas contemporâneas para a demarcação do limite entre a semântica e a pragmática, e concluímos que a interpretação restrita das expressões quantificadas pode ser considerada semântica, por ser automática sempre que não há elementos que a cancelem, por não depender do cálculo das intenções do falante, e por ser percebida mesmo em sentenças citadas fora de contexto.

## REFERÊNCIAS

- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Editora da UNICAMP; Londrina: EDUEL, 2003.
- DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística: pragmática**. Campinas: Ed. do organizador, 1982.
- GRICE, H. Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística: pragmática**. Campinas: Ed. do organizador, 1982. p.81-103.
- LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Tradução de Luis Carlos Borges, Aníbal Mari. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MOURA, Heronides M. de Melo. **Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e**

pragmática – 3ª Ed. – Florianópolis: Insular, 2006.

----- Os limites da Semântica e da Pragmática. *Graphos*. Revista da Pós-graduação em Letras da UFPB. João Pessoa, 2000.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **Apresentando a semântica**: uma introdução ao estudo do significado nas línguas naturais. 2007. Disponível em <<http://www.cce.ufsc.br/~pires/download/semantica.pdf>>. Acesso em 30 de janeiro de 2008.

RÉCANATI, François. **Literal Meaning**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.

STALNAKER, Robert C. Pragmática. 1972. In: DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**: pragmática. Campinas: Ed. do organizador, 1982. p.59-80.